

**TERMO DE REFERÊNCIA**
**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para realização de atividades em higiene ocupacional, contemplando o seguinte escopo: Avaliação e monitoramento de agentes químicos no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

**Tabela 1 – Lista de agentes químicos**

Grupo	Item	Descrição	Campus Macaé					
			Métodos Analíticos	CATSER	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário	Valor total
1	1	Acetato de etila	NIOSH 1457 OSHA 7	876	SRV	2	R\$ 514,68	R\$ 1.029,36
	2	Acetileno	*	876	SRV	1	R\$ 608,83	R\$ 608,83
	3	Acetona	NIOSH 1300, 2555, 3800 OSHA 69	876	SRV	2	R\$ 514,68	R\$ 1.029,36
	4	Acetonitrila	NIOSH 1606	876	SRV	2	R\$ 514,68	R\$ 1.029,36
	5	Acido acético	NIOSH 1603 OSHA ID186SG	876	SRV	2	R\$ 551,29	R\$ 1.102,58
	6	Ácido cianídrico	NIOSH 7904	876	SRV	1	R\$ 582,68	R\$ 582,68
	7	Ácido clorídrico	OSHA 24 OSHA ID174SG NIOSH 7903	876	SRV	2	R\$ 551,29	R\$ 1.102,58
	8	Ácido fórmico	NIOSH 2011 OSHA ID186SG	876	SRV	2	R\$ 572,22	R\$ 1.144,44
	9	Álcool isoamílico	NIOSH 1402, 1405	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
	10	Alcool n-butílico	NIOSH 1401, 1405 OSHA 7	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
	11	Álcool isobutílico	NIOSH 1401, 1405 OSHA 7	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
	12	Álcool sec-butílico (2-butanol)	NIOSH 1401	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68

**UFRJ****Universidade Federal do Rio de Janeiro**

2

	13	Álcool etílico	NIOSH 1400 OSHA 100	876	SRV	3	R\$ 514,68	R\$1.544,04
	14	Alcool metílico	NIOSH 2000	876	SRV	2	R\$ 514,68	R\$ 1.029,36
	15	Álcool n-propílico	NIOSH 1401	876	SRV	2	R\$ 514,68	R\$ 1.029,36
	16	Álcool isopropílico	NIOSH 1400 NIOSH 2549	876	SRV	3	R\$ 514,68	R\$1.544,04
	17	Aldeído acético (vide acetaldeído)	NIOSH 2018 NIOSH 2539	876	SRV	1	R\$ 608,83	R\$ 608,83
	18	Aldeído fórmico (vide formaldeído)	NIOSH 2016 NIOSH 2541	876	SRV	2	R\$ 535,60	R\$1.071,20
	19	Amônia	NIOSH 3800, 6015, 6016 OSHA ID188	876	SRV	2	R\$ 535,60	R\$1.071,20
	20	Anilina	NIOSH 2002	876	SRV	1	R\$ 561,76	R\$ 561,76
	21	Argônio	*	876	SRV	1	R\$ 561,76	R\$ 561,76
	22	Brometo de etila	*	876	SRV	1	R\$ 659,04	R\$ 659,04
	23	Chumbo	NIOSH 7303	876	SRV	1	R\$ 504,22	R\$ 504,22
	24	Ciclohexano	NIOSH 1500	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
	25	Cloreto de etila	*	876	SRV	1	R\$ 608,83	R\$ 608,83
	26	n-Butano	NIOSH S93	876	SRV	1	R\$ 551,29	R\$ 551,29
	27	Clorofórmio	NIOSH 1003	876	SRV	3	R\$ 514,68	R\$1.544,04
	28	1,1 Dicloroetano	NIOSH 1003 OSHA 7	876	SRV	1	R\$ 603,60	R\$ 603,60
	29	1,2 Dicloroetano	NIOSH 1003 OSHA 3	876	SRV	1	R\$ 603,60	R\$ 603,60
	30	Diclorometano (vide cloreto de metilino)	NIOSH 1005	876	SRV	1	R\$ 566,99	R\$ 566,99
	31	Dietil amina	NIOSH 2010	876	SRV	2	R\$ 525,14	R\$1.050,28
	32	Dimetilamina	NIOSH 2010	876	SRV	2	R\$ 525,14	R\$ 1.050,28
	33	Dimetifformamida	NIOSH 2004	876	SRV	1	R\$ 525,14	R\$ 525,14



**UFRJ**

	34	Etanol (vide etílico)	NIOSH 1400	876	SRV	1	R\$ 608,83	R\$ 608,83
	35	Éter etílico	NIOSH 1610	876	SRV	2	R\$ 608,83	R\$ 1.217,66
	36	Etilamina	*	876	SRV	2	R\$ 608,83	R\$ 1.217,66
	37	Fenol	NIOSH 2546	876	SRV	2	R\$ 608,83	R\$ 1.217,66
	38	Gás sulfídrico	NIOSH 6013	876	SRV	1	R\$ 566,99	R\$ 566,99
	39	Mercúrio (todas as formas exceto orgânicas)	NIOSH 6009	876	SRV	1	R\$ 598,37	R\$ 598,37
	40	Óxido Nitroso (N2O)	*	876	SRV	1	R\$ 920,31	R\$ 920,31
	41	Tetracloroeto de Carbono	NIOSH 2562	876	SRV	1	R\$ 566,99	R\$ 566,99
	42	Formaldeído (Formol)	NIOSH 2016 NIOSH 2541	876	SRV	2	R\$ 535,60	R\$ 1.071,20
	43	Gás carbônico (vide dióxido de carbono)	OSHA ID-210	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
	44	Hélio	*	876	SRV	1	R\$ 566,99	R\$ 566,99
	45	Isobutanol (vide álcool isobutílico)	NIOSH 1401	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
	46	Metanol (vide álcool metílico)	NIOSH 2000	876	SRV	1	R\$ 551,29	R\$ 551,29
	47	n-Propanol (vide álcool n-propílico)	NIOSH 1400 NIOSH 2549	876	SRV	1	R\$ 551,29	R\$ 551,29
	48	Iso-Propanol (vide álcool isopropílico)	NIOSH 1400 NIOSH 2549	876	SRV	1	R\$ 551,29	R\$ 551,29
	49	Tetraidrofurano	NIOSH 1609	876	SRV	2	R\$ 608,83	R\$ 1.217,66
	50	Tolueno (toluol)	NIOSH 1501	876	SRV	1	R\$ 608,83	R\$ 608,83
	51	Trietilamina	OSHA PV2060	876	SRV	1	R\$ 608,83	R\$ 608,83
Valor final do grupo 1								R\$ 41.162,66
Campus Duque de Caxias								
Grupo	Item	Descrição	Métodos Analíticos	CATSER	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário	Valor total
2	52	Ácido acético	NIOSH 1603 OSHA ID186SG	876	SRV	1	R\$ 551,29	R\$ 551,29



53	Ácido clorídrico	OSHA 24 OSHA ID174SG  NIOSH 7903	876	SRV	1	R\$ 551,29	R\$ 551,29
54	Álcool etílico	NIOSH 1400  OSHA 100	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
55	Alcool metílico	NIOSH 2000	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
56	Álcool isopropílico	NIOSH 1400  NIOSH 2549	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
57	Aldeído fórmico (vide formaldeído)	NIOSH 2016  NIOSH 2541	876	SRV	1	R\$ 535,60	R\$ 535,60
58	Clorofórmio	NIOSH 1003	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
59	Éter etílico	NIOSH 1610	876	SRV	1	R\$ 608,83	R\$ 608,83
60	Formaldeído (formol)	NIOSH 2016  NIOSH 2541	876	SRV	1	R\$ 535,60	R\$ 535,60
61	Xileno (xilol)	NIOSH 1501	876	SRV	1	R\$ 514,68	R\$ 514,68
Valor final do grupo 2							R\$ 5.356,01
Valor total do somatório dos grupos 1 e 2 = R\$ 46.518,67							

1.1.1. O simbologia ( \* ) no campo: **Métodos Analíticos da Tabela 1 – Lista de agentes químicos**, correspondem aos agentes que na fase de levantamento de mercado, a(s) empresa(s) informaram que não havia metodologia interna para avaliação, ficando neste caso acordado entre as partes, caso haja a possibilidade de desenvolvimento de novo método pelo laboratório a utilização da metodologia mais adequada segundo a literatura técnica.

1.1.2. Deverá ser contemplado a inclusão de branco de campo, levando em conta 10% do total das amostras para cada agente químico.

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução empreitada por preço unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, 11, da Lei 8.666, de 1993.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.1.2. Os objetos a serem contratados enquadram-se na definição de serviço comum, nos termos do Art. 12, parágrafo único da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

5.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº. 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.5. A demanda encontra-se devidamente amparada no art.1º da Portaria nº443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério da Economia, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art.2º do Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que assim dispõe:

*"No âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:*

*Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018."*

**5.2. Relevância dos requisitos estabelecidos:**

5.2.1. Celebrar-se-á contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93.

5.2.2. O Contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.

5.2.3. Exigir-se-á a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro - garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Administração.

5.2.4. Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custos e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da Contratada empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.2.5. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e Ampla Defesa.

5.2.6. Adotar-se-á como critério de julgamento o de menor preço global dos serviços.

5.2.7. A Contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes de acordo com a atividade a ser desempenhada nesta Administração, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo ao empregado.

5.2.8. A Contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o § 1º do art.65 da Lei 8.666/93.

5.2.9. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

5.2.10. O serviço é considerado como contínuo no âmbito da Universidade pois está relacionado com a atividade finalística de instituição e sua interrupção causará danos à Instituição e ao corpo social da Universidade. Este entendimento é o consolidado no âmbito do TCU, conforme se pode verificar a partir de trecho do Voto do Acórdão nº 132/2008 - Segunda Câmara:

*"Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente*

*administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional".*

### **5.3. Requisitos da Contratada**

5.3.1. Para atender os objetivos da contratação, a empresa contratada deverá:

5.3.2. Realizar as avaliações quantitativas de acordo com a data, horário e local estabelecido pelo Gestor do Contrato, (consultar o item 12. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA) de forma a tentar agrupar a localização das coletas, e a empresa contratada se comprometerá a ser pontual e seguir o cronograma rigorosamente. Caso exista necessidade de alteração em cronograma já estabelecido entre as partes, esta deverá ser comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

5.3.3. Apresentar um plano de amostragem contendo a estratégia de forma a estabelecer todas as avaliações quantitativas a serem realizadas, amostradores, equipamentos de medição e métodos de análise, bem como os tipos e tempos de amostragem. Os trabalhos somente poderão ser executados com a anuência do fiscal do contrato. Deverá realizar quando necessário, reuniões com o fiscal de contrato para informar o andamento dos serviços, seguindo cronograma predefinido entre as partes.

5.3.4. Deverá ser providenciada pela Empresa a ser CONTRATADA, durante toda a execução dos serviços, a adequada proteção dos operários, fornecendo os Equipamentos de proteção Individual - EPI, que são de uso obrigatório, conforme determina a Norma Regulamentadora - NR 06, do Ministério do Trabalho e Emprego. Os EPI compõem-se de todos os dispositivos de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinados à proteção da saúde e da integridade física dos trabalhadores.

5.3.5. Programas preventivistas impostos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, voltados ao controle dos riscos à saúde, à integridade física e psíquica dos empregados e ao ambiente de trabalho em conjunto com o meio ambiente, como:

- Programa de Gerenciamento de Riscos – (PGR);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e os atestados de saúde ocupacional (ASO).

5.3.6. Esses documentos devem ser entregues periodicamente nos casos de renovação (pelo menos uma vez por ano) para a Fiscalização da Contratante.



**5.4. Requisitos de pessoal:****5.4.1. Qualificação mínima:**

5.4.1.1. A equipe deverá ser constituída por profissionais capacitados, preferencialmente Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho, para atender às necessidades da execução dos serviços.

5.4.1.2. A equipe deverá ser suficiente e necessária para cumprir as atividades nas dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5.4.1.3. A equipe que irá realizar avaliação in loco, deve ser composta de profissionais com formação na área de segurança e saúde do trabalho e com proficiência em Higiene Ocupacional. Esta proficiência poderá ser comprovada através da apresentação de um dos seguintes documentos:

5.4.1.3.1. Certificado de treinamento em higiene ocupacional com carga mínima de 60 horas;

5.4.1.3.2. Registro do profissional na Associação brasileira de Higiene Ocupacional;

5.4.1.3.3. Proficiência profissional através de anotações de responsabilidade técnica, atestados de capacidade técnica e/ou registro na carteira de trabalho 5.4.1.4. A empresa Contratada deverá comprovar possuir vínculo empregatício com os profissionais que executarão as atividades nas instalações da UFRJ.

5.4.1.5. A empresa Contratada depois de assinar o contrato deverá apresentar o Certificado de habilitação dos profissionais que irão executar os serviços, no caso de Engenheiro de Segurança do Trabalho, deverá apresentar cópia do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA e no caso de Técnico de Segurança do Trabalho a cópia de registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5.4.1.6. A empresa que irá realizar as avaliações deve comprovar proficiência na realização de serviços de higiene ocupacional. Esta proficiência poderá ser comprovada através dos seguintes documentos:

5.4.1.6.1. Anotação de responsabilidade técnica indicando a realização de serviços de higiene ocupacional;

5.4.1.6.2. Atestados de capacidade técnica de empresas que comprovem a realização de atividade em higiene ocupacional. A UFRJ poderá entrar em contato com as respectivas empresas para avaliar e comprovar a qualidade do serviço prestado.

5.4.1.7. Estes requisitos devem ser apresentados antes da CONTRAÇÃO do SERVIÇOS, ou seja, na etapa de análise prévia da documentação dos licitantes.

5.4.1.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

### **5.5. Habilitação específica**

5.5.1. Atestado ou declaração de capacidade técnico-operacional em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão que a Licitante forneceu serviços para desempenho de atividade pertinente e compatível em natureza e quantidades com o objeto da contratação, em ambientes similares e serviços que tenham complexidades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Projeto.

5.5.2. Declaração de que está apto a atender todas as exigências do Contrato.

5.5.3. Declaração de que, no caso de subcontratação parcial a Licitante Vencedora se responsabilizará e responderá perante a UFRJ pela execução total do objeto contratado e que não há qualquer relação entre a Universidade e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, assumindo plena, legal e contratual toda a qualquer responsabilidade pelo objeto contratado.

### **5.6. Descrição dos equipamentos:**

5.6.1. Os equipamentos utilizados nas avaliações quantitativas deverão estar devidamente calibrados e dentro do prazo de validade.

5.6.2. Os requisitos estabelecidos deverão ser comprovados por meio de cópia do certificado de calibração, constando a aprovação do equipamento, emitido por laboratório de calibração acreditado pela Rede Brasileira de Calibração - RBC - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização Qualidade Industrial - INMETRO.

5.6.3. A empresa contratada deverá apresentar Declaração, assinada pelo representante legal, de que possui os equipamentos específicos e em número suficiente para a execução dos serviços, quando solicitado, bem como instalações e estrutura de suporte para a troca de informações com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, suficientes para atender prontamente as demandas inerentes ao objeto deste Projeto Básico.

**5.7. Recolhimento das amostras:**

5.7.1. É permitida a subcontratação de laboratório para a realização de análises de amostradores. Neste caso, a empresa contratada deverá apresentar o laboratório e submeter à aprovação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que utilizará os itens abaixo como critérios de aprovação e liberação para realização das análises.

5.7.2. O laboratório que realizará as análises, próprios ou subcontratado, deverá ser acreditado para a norma ISO-IEC 17025:2017, e apresentar cópia do certificado e do escopo de acreditação válido para o período de realização das análises, emitidos pelo: INMETRO para as análises químicas necessárias ou; American Industrial Hygiene Association -AIHA- para as análises químicas necessárias.

5.7.3. Os laudos de medição ou relatório originais emitidos pelo laboratório deverão ser entregues à Universidade Federal do Rio de Janeiro, aos cuidados da Divisão de Vigilância Saúde e Segurança de Trabalho - DVSST/CPST/PR-4.

**5.8. Caracterização dos equipamentos de avaliação e método para avaliação de agentes**

5.8.1. Os equipamentos utilizados pela contratada devem atender os requisitos mínimos detalhados no item 5.6 assim como as características mínimas de amostragens constante na tabela abaixo:



Tabela 2 – Características mínimas de amostragens

Risco e/ou agente	Características dos equipamentos	Calibração	Condições a serem adotadas durante a avaliação	Resultados a serem entregues para cada avaliação
Agentes químicos	<p>Devem ser realizadas avaliações quantitativas de agentes químicos com o uso de bombas de amostragens ativas, passivas e leitura direta (entende-se por leitura direta os equipamentos com sensores eletrônicos desde que os métodos da NIOSH permitam sua utilização), juntamente com os amostradores adequados aos tipos de agentes químicos monitorados.</p> <p>É proibido o uso de bomba manual com tubos colorimétricos.</p>	<p>Devem ser apresentados os certificados de calibração dos equipamentos e de seus respectivo.</p> <p>Os certificados devem conter os erros mínimos e máximos admissíveis.</p> <p>Os equipamentos devem ter calibração vigente anual.</p>	<p>A avaliação quantitativa deverá ser desenvolvida através de medições técnicas, utilizando as Normas de Higiene Ocupacional NHO, a metodologia National Institute of Occupational Safety and Health - NIOSH e Occupational Safety &amp; Administration - OSHA.</p> <p>As análises das amostras coletadas deverão ser realizadas por Laboratórios Acreditados pelo INMETRO com base na Norma ABNT NBR NM ISO 15189/2012 com fornecimento de dados do Controle de Qualidade Analítico dos Resultados quando solicitado pela CONTRATANTE.</p> <p>As avaliações quantitativas serão realizadas com base nos agentes químicos elencados neste estudo bem como nos casos que a DVSST definir, com seus respectivos resultados emitidos por laboratórios certificados com Acreditação, com base na norma ABNT NBR NM ISO 15189/2012, através dos Relatórios de Análises.</p>	<p>Os resultados obtidos deverão ser comparados com os limites de tolerância estabelecidos na legislação para o agente químico analisado e apresentados no relatório técnico.</p> <p>Os resultados devem ser comparados com os limites da NR 15 e ACGIH.</p> <p>Os resultados devem ter tratamento estatístico.</p> <p>A CONTRATADA deverá apresentar em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados após a data das respectivas coletas, o RELATÓRIO TÉCNICO do laboratório com os resultados das avaliações, juntamente com os tratamentos estatísticos.</p> <p>Quando da existência de agentes químicos com efeito combinado (conforme ACGIH), caberá a contratada apresentar o estudo dos limites de tolerância para feitos combinados, conforme a ACGIH.</p> <p>Listar todas as medidas de proteção coletiva - EPC existentes e todos os equipamentos de proteção individual - EPI, com descrição detalhada de que elimine ou atenua a agressão dos riscos identificados no ambiente de trabalho.</p>



**UFRJ**

## Universidade Federal do Rio de Janeiro

			<p>As amostras devem ser individuais no trabalhador e/ou através de Grupos Homogêneos de Exposição – GHE quando indicado pela DVST, as mesmas devem ser coletadas durante no mínimo 100% da jornada de trabalho (Amostras consecutivas de período completo: Várias amostras de ar são coletadas, sendo que o período de coleta deverá corresponder à jornada diária de trabalho = 8 horas) dos servidores envolvidos, respeitando o tempo de amostragem específico (TWA, STEL) para cada agente químico.</p>	<p>Nome e assinatura do responsável pela elaboração da avaliação e assinatura do responsável pelas informações recebidas pela <b>UFRJ</b>.</p> <p>Cópia da Anotação de Responsabilidade relativo ao serviço objeto deste Projeto Básico.</p> <p>O prazo para a entrega do relatório não poderá ser superior a 30 dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.</p>
--	--	--	--	--

**5.9. Folha de campo avaliações quantitativas**

5.9.1. Cabe à CONTRATADA apresentar à CONTRATANTE um modelo de folha de campo que será utilizado durante as avaliações quantitativas. O modelo deverá contemplar no mínimo os seguintes requisitos:

5.9.1.1. Dados do servidor que será monitorado;

5.9.1.2. Data da avaliação;

5.9.1.3. Fontes da exposição aos agentes de riscos;

5.9.1.4. Equipamentos de proteção individual e coletiva relacionadas ao agente avaliado;

5.9.1.5. Informações referente a calibração dos equipamentos;

5.9.1.6. Dados referente a calibração, vazão, e demais dados referentes aos equipamentos conforme padrões das normas de higiene ocupacional, e demais padrões;

5.9.1.7. Campo para descrição das atividades desenvolvidas pelo servidor durante a avaliação;  
Campo para informação dos aspectos ambientais no dia da avaliação: umidade, temperatura, e demais itens que podem influenciar a avaliação;

5.9.1.8. Campo para assinatura do servidor monitorado, do servidor da área de segurança e saúde da UFRJ, e profissional da contratada responsável pela avaliação de higiene ocupacional.

5.9.1.9. Campo para inclusão de observações necessárias a realização da atividade.

5.9.2. A folha de campo faz parte das avaliações quantitativas, devendo ser anexada junto ao relatório com o resultado das avaliações que será entregue à CONTRATANTE. A folha de campo deve ser entregue original e devidamente escaneada em formato digital.

**6. TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES**

6.1. Para todos os resultados de monitoramento quantitativos dos agentes de riscos deverão ser usadas ferramentas de estatística aplicada (média, desvio padrão, faixa, número de amostras, variabilidade e níveis de confiança) para análise e interpretação dos resultados quantitativos, obtidos no processo de monitorização, com base na metodologia estatística da AIHA -American Industrial Hygiene Association (A Strategy for Occupational Exposure Assessment). O resultado do tratamento estatístico deve fazer parte da composição dos grupos homogêneos de risco.

**7. DA VISITA TÉCNICA**

7.1. Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do Edital, sendo recomendada a visita e vistoria aos locais de execução dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

7.2. A licitante interessada poderá visitar e vistoriar alguns dos laboratórios nos quais provavelmente serão realizados os serviços em companhia de servidor da DVSST-CPST, até 2 (dois) dias úteis anterior à data fixada para a abertura da sessão pública com o objetivo de se integrar das condições e do grau de dificuldade, existentes, mediante prévio agendamento por telefone, (21) 3938 - 0350 e por e-mail [lucasfilho@pr4.ufrj.br](mailto:lucasfilho@pr4.ufrj.br), com o senhor Lucas Gomes Padilha Filho, Diretor da Divisão de Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalhador - DVSST.

7.3. Para agendar a visita e vistoria técnica a empresa deverá indicar um responsável técnico, razão social da empresa e CNPJ.

7.4. Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste certame.

7.5. Realizada a visita, a DVSST emitirá o Atestado de Vistoria, atestando textualmente o seguinte: Que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridade e condições para cumprimento das obrigações assumidas ao objeto desta licitação.

7.6. Caso a interessada opte por não realizar a visita no local, firmará declaração na qual dispense a necessidade de visita, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos do presente Projeto e de sua proposta apresentada.

7.7. Toda e qualquer despesa com a visita e vistoria, incluindo locomoção correrá por conta da Licitante interessada.

**8. DO INÍCIO DAS ATIVIDADES PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO**

8.1. A Licitante Vencedora iniciará as atividades, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho.

8.2. A contratada deverá se reunir-se com a DVST/CPST localizado no endereço Rua Maurício Joppert da Silva, s/n, Cidade Universitária, Ilha do Fundão Rio de Janeiro - RJ - Brasil. CEP: 21941-972, no qual será apresentado um cronograma para dar início as atividades.

8.3. A licitante Vencedora se obriga a prestar todos os serviços e entregar o relatório das análises no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da solicitação por escrito, do gestor do contrato, não podendo haver nenhuma restrição quanto a execução deles.

8.4. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

9.1. A contratação, no que couber, observará os critérios de sustentabilidade contidos no Decreto 7.746/2012, Decreto 9.178/2017, Lei 12.305/2010 e adotar práticas de racionalização no uso de materiais e serviços, conforme o caso, os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

9.2. A contratada deverá elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com normas Regulamentadoras do Ministério de Trabalho e Emprego.

9.3. Observar as normas de proteção de fadiga dos empregados, especialmente aquelas consubstanciadas na NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como a Convenção nº 127 da Organização Internacional do Trabalho.

9.4. No âmbito da presente contratação e com vistas ao atendimento da sustentabilidade social, o Licitante Vencedor deverá priorizar, sempre que possível, a contratação de mão de local, compreendida a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro bem como fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para preservação da saúde e segurança no ambiente de trabalho, incluindo máscaras de proteção facial.

9.5. Em atenção ao Decreto nº 10.024/19, art.2º, §1º, o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.



9.6. Será exigido declaração de que o Licitante Vencedor e seus dirigentes, não foram condenados por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

9.7. Declaração de que não prática de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano, protegidas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

#### **10. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 16 horas.

10.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.4. O agendamento da vistoria será realizado pelos seguintes contatos:

10.4.1. Por telefone, (21) 3938 - 0350 e/ou e-mail, [lucasfilho@pr4.ufrj.br](mailto:lucasfilho@pr4.ufrj.br) com o senhor Lucas Gomes Padilha Filho, Diretor da Divisão de Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalhador - DVSST.

10.4.2. E-mail dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação: NATÂNNY MARGRAF FERNANDES, Engenheira de Segurança do Trabalho, e-mail [natany@pr4.ufrj.br](mailto:natany@pr4.ufrj.br). JUSTINO SANSON WANDERLEY DA NÓBREGA, Engenheiro de Segurança do Trabalho, e-mail [justinosanson\\_dvst@pr4.ufrj.br](mailto:justinosanson_dvst@pr4.ufrj.br). JOÃO PAULO LEAL DA SILVA Técnico em Segurança do Trabalho, e-mail: [leal.jp@pr4.ufrj.br](mailto:leal.jp@pr4.ufrj.br).

10.5. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

10.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

11.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

11.1.1. Monitoramento quantitativo dos agentes químicos;

11.1.2. Análise laboratorial de amostras dos agentes de riscos;

11.1.3. Tratamento estatístico dos resultados das amostras;

11.1.4. Entrega do relatório final.

## **12. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

12.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

12.2. A quantidade a ser contratada foi estimada com base no levantamento realizado pela equipe de segurança do trabalho da DVSST/CPST em parte dos laboratórios da UFRJ em ambientes com risco químico, bem como dados constantes no processo 23079.242497/2021-66.

12.3. Possibilidade de inclusão de agentes químicos em outros laboratórios durante o período, denotando uma variabilidade na quantidade de coleta demandada durante o período da contratação.

12.4. Possibilidade, em última hipótese, de fracionamento da coleta dependendo da disponibilidade nos laboratórios. O fracionamento será evitado para otimizar a economicidade da prestação do serviço.

12.5. A efetiva contratação dos serviços propostos poderá ocorrer em quantitativos superiores ou inferiores àqueles especificados neste Termo de Referência. É pertinente esclarecer que, a fase de planejamento desse processo licitatório englobou o levantamento dos agentes dos ambientes de trabalho dos processos de adicionais, entrevista com servidores e inspeções dos ambientes, e mesmo assim **NÃO FOI POSSÍVEL MENSURAR COM PRECISÃO O QUANTITATIVO DE COLETAS E ANÁLISES LABORATORIAIS A SEREM EFETIVAMENTE REALIZADOS**, considerando os seguintes elementos adiante elencados:

- a. Há possibilidade de vários agentes químicos serem analisados através do mesmo amostrador;
- b. Ainda não foi possível definir grupos homogêneos de exposição visto que para concessão do adicional de insalubridade é preciso observar a situação individual de cada trabalhador e para outros documentos de segurança é possível uma avaliação do ambiente como um todo;
- c. Em uma Instituição de Ensino Superior Federal, em que há graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, existem múltiplas pesquisas e aulas de naturezas diferentes, com uma rotatividade e períodos variados, onde a mudança de exposição a agentes, principalmente químicos, sempre ocorre, inviabilizando uma contratação com melhor especificidade;
- d. Quantitativo de avaliações contempladas neste termo de referência corresponde a uma amostra inicial e não a totalidade de avaliações necessárias no âmbito da UFRJ.

12.6. Deverá ser contemplado a inclusão de branco de campo, levando em conta 10% do total das amostras para cada agente químico. Ex: formol 10 amostradores, no mínimo 01 branco de campo. O branco de campo está dispensado apenas para o caso de equipamento de leitura direta, devendo neste caso ser apresentado certificado de calibração do equipamento, devendo este não ter ultrapassado o período de um ano da calibração.

12.7. O número de amostradores deverá ser apresentado na proposta comercial. Para cada agente químico deverá ser **PREVISTO NO MÍNIMO 1 (UM) DIA DE MONITORAMENTO, CONTEMPLANDO UMA JORNADA DE OITO HORAS**, ou seja, os amostradores deverão contemplar a jornada integral.

12.8. Para agentes com valor teto deve ser realizada além da amostra de jornada completa, uma amostra no período de maior exposição.

12.9. O simbologia ( \* ) no campo: **Métodos Analíticos da Tabela 1 – Lista de agentes químicos**, correspondem aos agentes que na fase de levantamento de mercado, a(s) empresa(s) informaram que não havia metodologia interna para avaliação, ficando neste caso acordado entre as partes, caso haja a possibilidade de desenvolvimento de novo método pelo laboratório a utilização da metodologia mais adequada segundo a literatura técnica.

12.10. Entende-se por **Quantidade na Tabela 1 – Lista de agentes químicos**, o número de servidores expostos aos agentes químicos.

12. 11. A Contratada deverá se reunir-se com a DVSST/CPST localizado no endereço Rua Maurício Joppert da Silva, s/n, Cidade Universitária, Ilha do Fundão Rio de Janeiro - RJ - Brasil. CEP: 21941-972, no qual será apresentado um cronograma para dar início as atividades, respeitando o quantitativo elencado na Tabela 1 – Lista de agentes químicos, de acordo com a disponibilidade de mão de obra para a execução dos serviços pela Contratada.

12.12. Será realizado reuniões de forma presencial ou através de videoconferências, de acordo com a periodicidade estabelecida pela Contratante para alinhamento dos trabalhos a executar e/ou executados.

12.13. Os ajustes necessários e casos omissos serão resolvidos em conjunto pela Contratante e Contratada.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.3. A CONTRATANTE acompanhará a execução das atividades por parte de CONTRATADA.

13.4. Designar responsáveis indicados neste Plano de Trabalho por Setor/Área/Unidade para promover e manter fiscalização conjunta dos serviços, verificar dia e horário para realização de serviços, abertura e entrega das chaves e informações eventuais e pertinentes sobre os locais de atuação.

13.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

13.6. Permitir o acesso dos interessados e dos empregados da empresa Contratada nas dependências da UFRJ para os procedimentos de visita técnica e execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, desde que estejam devidamente identificados e acompanhados por servidor indicado.

13.7. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

13.8. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.10. Sobrestar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação contratual pendente de liquidação por parte da CONTRATADA, até a completa regularização.

13.11. Emitir pareceres e instruir os processos administrativos em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e reajustamento de preço da Ata de Registro de Preços e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

13.12. Aplicar à CONTRATADA as sanções pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pela inexecução total ou parcial das contratações.

13.13. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.13.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.13.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

13.13.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

13.13.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

13.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

13.16. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

13.17. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se

beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 32, § 52, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.18 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

14.2. Realizar e fazer cumprir todos os serviços contratados tal como especificado neste instrumento, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e recebimento das Ordens de Serviço, zelando por sua eficiência e perfeita execução, utilizando-se da melhor técnica aplicável, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir as atividades conforme estabelecido.

14.3. Apresentar os Certificados de Registro e/ou Calibração dos equipamentos utilizados na execução do objeto.

14.4. Realizar as análises das amostras coletadas dentro de seus respectivos prazos de validade. Caso haja eventual expiração de prazo de validade (estabilidade) das amostras, as novas coletas correrão a expensas da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

14.6. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à CONTRATANTE, durante o período de execução dos serviços, para receber as ordens de serviços e prestar todos os esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO, atendendo às reclamações formuladas.

14.7. Disponibilizar recursos físicos e tele comunicativos de atendimento, por telefone ou e-mail, durante todo o horário comercial, para encaminhamento das ordens de serviço, esclarecimento de dúvidas e/ou acertos na execução do objeto.

14.8. A não aceitação da requisição de serviço recebida deverá ser expressa por escrito e justificada pela CONTRATADA e será analisada pela equipe de FISCALIZAÇÃO. Caso as

justificativas não sejam feitas da forma descrita ou não sejam aceitas pela equipe de segurança considerar-se-á a aceitação tácita, para todos os fins, inclusive aplicação das sanções previstas neste instrumento.

14.9. Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo que a conclusão dos serviços esteja prevista para data posterior a seu vencimento.

14.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

14.12. Permitir à CONTRATANTE fiscalizar a execução do objeto, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo ela sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais.

14.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

14.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1} prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3} certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5} Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII- B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

14.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

14.20. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

14.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

14.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



14.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

14.29. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

14.30. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

14.30.31. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

14.30.32. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

14.31. Informar à CONTRATANTE sobre a opção de subcontratação considerando suas limitações expressas nas Cláusulas 5.5.3., 5.7. e 15. deste Termo.

14.32. Exigir o cumprimento de todas as obrigações descritas neste Termo e demais instrumentos contratuais por empresa subcontratada, quando optar pela subcontratação.

14.33. Responsabilizar-se pelo não cumprimento de qualquer cláusula contratual ou exigência descrita neste Termo por empresa eventualmente subcontratada, incluindo nos casos em que a empresa subcontratada não prestar o serviço solicitado, sem ocasionar qualquer ônus para a CONTRATANTE.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. A CONTRATADA poderá subcontratar terceiros para análise de amostras quando não dispor dos mecanismos adequados para análise de alguma demanda em particular. No cumprimento de seus deveres, a CONTRATADA poderá:

a) empregar, na execução dos serviços, equipamentos e infraestrutura que não lhe pertençam, e;

b) contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares ao objeto, a exemplo dos serviços de análise laboratorial, desde que o laboratório detenha a

qualificação técnica exigida neste presente termo.

15.2. Não será permitida a subcontratação para a coleta das amostras, nem para a elaboração e assinatura dos laudos técnicos conclusivos.

15.3. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

15.4. A CONTRATADA não poderá subcontratar o objeto em sua totalidade e, ainda que haja subcontratação de partes acessórias ou complementares do objeto, a CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam eles profissionais ou empresas.

#### **16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

17.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos o§ 12 do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos§§ 12 e 22 do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

17.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

17.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**18. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

18.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

18.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

18.4. Atraso na entrega do laudo (Laudo entre 31 e 40 dias após a solicitação) glosa de 5% do valor do laudo;

18.5. Atraso na entrega do laudo (Laudo entregue a partir de 41 dias após a solicitação) glosa de 10% do valor do laudo;

18.6. Laudo entregue e devolvido devido a inconformidades insanáveis, glosa de 10% por devolução.

18.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

19.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

19.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

19.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

19.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

19.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as

cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

19.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

19.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

20.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

20.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 52, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

20.5.1. o prazo de validade;

20.5.2. a data da emissão;

20.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

20.5.4. o período de prestação dos serviços;

20.5.5. o valor a pagar; e

20.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

20.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para

que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:



EM =  $1 \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórias;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 21. REAJUSTE

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

21.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **22. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

22.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

22.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

22.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escriturai, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10. Será considerada extinta a garantia:

22.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

22.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
  - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
  - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

23.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

23.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à

administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 12 de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar e apresentar até a assinatura do contrato, o Certificado de habilitação dos profissionais que irão executar os serviços, no caso de Engenheiro de Segurança do Trabalho, deverá apresentar cópia do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA e no caso de Técnico de Segurança do Trabalho a cópia de registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

24.3.2. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de qualquer dos seguintes documentos:

- I. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);



II. Contrato autônomo de prestação de serviços ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio;

III. Declaração, emitida pelo responsável técnico indicado pela licitante cujo teor firma o compromisso de que o mesmo acompanhará a execução dos serviços de que trata este instrumento.

24.3.3. O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico profissional de que trata o item anterior deverá(ao) participar da execução do objeto desta licitação, admitindo-se sua(s) substituição(ões) por profissional(is) de qualificação equivalente ou superior, desde que aprovada(s) pela CONTRATANTE.

24.3.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

24.3.4.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

24.3.4.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 1 (um) ano seja ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

24.3.4.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

24.3.4.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.3.4.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.4.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram

prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

24.3.5.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

24.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.4.1. Valor Global de R\$ 46.518,67 (Quarenta e seis mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos) anual.

24.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

25.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 46.518,67 (Quarenta e seis mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos), conforme o item 10 e Anexo II - Estimativa de preços do Estudo Técnico Preliminar - ETP. O valor de referência foi obtido a partir da média aritmética dos orçamentos recebidos, que demonstram os preços de mercado, capazes de proporcionar avaliação de custos pela Administração Pública.

25.2. A estimativa de preços deste Termo de Referência será aprofundada e anexada ao processo antes da publicação do edital. No Anexo IV, do Estudo Técnico Preliminar - ETP, encontra-se os comprovantes de e-mails com solicitações de orçamentos a diversas empresas.

## **26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 158224

Fonte: 1000

Programa de Trabalho: 169837

Elemento de Despesa: 339039

PI: V0000G01LNZ

### **Responsáveis**

NATÂNNY MARGRAF FERNANDES

Engenheira de Segurança do Trabalho

JUSTINO SANSON WANDERLEY DA NÓBREGA

Engenheiro de Segurança do Trabalho

JOÃO PAULO LEAL DA SILVA


Técnico em Segurança do Trabalho

MARCELO DA SILVA GONGALVES

Assistente em Administração

**Anexos:**

- I - Instrumento de Medição de Resultado;
- II - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO;
- III - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO;

 <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO</b> PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA - PR6 INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO			
CONTRATO Nº:		IMR	
		Data:	
UNIDADE:			
CONTRATADA:			
FISCAL ADMINISTRATIVO:			
AVALIAÇÃO REFERENTE AO LAUDO:			
		Valor inicial do Laudo	R\$ 1.000,00
	LAUDO Executado	Faixa de Pagamento	Valor Liberado
1.	LAUDO executado dentro do prazo estabelecido ( até 30 dias da solicitação)	100%	
2.	LAUDO executado acima dos 31 dias da solicitação mas abaixo de 40 dias	95%	R\$ 950,00
3.	LAUDO executado acima dos 41 dias da solicitação	90%	
		Valor Liberado para próxima avaliação	R\$ 950,00
	LAUDO Devolvido por inconformidade	Nº de Devoluções	Valor Liberado
4.	LAUDO foi devolvido e não aceito devido a inconformidade	10% de desconto por devolução	
		1	R\$ 855,00
Fiscal Operacional		Fiscal Administrativo	Gestor PR-6
			Responsável da Contratada

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

À Comissão Especial de Licitação

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_/20\_\_

Prezados Senhores,

A **[Licitante – nome – sede – CNPJ]**, por seu representante legal abaixo assinado **[nome, profissão, domicílio, CPF e RG]**, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços objeto do referido Pregão, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA e na minuta de CONTRATO.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_

---

[assinatura do representante legal]

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO****ANEXO III****DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

(Decreto nº 7.203/2010 / Súmula Vinculante nº 13/STF)

Eu, \_\_\_\_\_,

CPF \_\_\_\_\_, candidato a contratação pela empresa

CNPJ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, para o posto de trabalho de

\_\_\_\_\_, para prestação de serviços na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE

JANEIRO, objeto do pregão nº \_\_\_\_/20\_\_ e do Contrato nº \_\_\_\_/20\_\_.

**DECLARO**, para fins do disposto no Decreto nº 7.203/2010, de 04 de junho de 2010, e na Súmula Vinculante nº 13/2008, publicada pelo Supremo Tribunal Federal:

( ) **NÃO POSSUIR** cônjuge, companheiro ou parentes<sup>(\*)</sup> que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e em suas Unidades vinculadas.

( ) **POSSUIR** cônjuge, companheiro ou parentes<sup>(\*)</sup> que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e em suas Unidades vinculadas. (Neste caso deve ser preenchida a tabela abaixo)

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Preencher o nome do cônjuge, companheiro ou parente, o grau de parentesco, o local e o cargo onde trabalha.

NOME: \_\_\_\_\_ Grau de Parentesco \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Cargo: \_\_\_\_\_

Lotação \_\_\_\_\_

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_

<sup>(\*)</sup> Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

- parente em linha reta até o terceiro grau (pai e mãe, filho e filha, avô e avó, bisavô e bisavó).
- parente colateral até o terceiro grau (irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha).
- parente por afinidade até o terceiro grau (cunhado(a), sogro(a), enteado, genro e

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

nora, padrasto e madrastra do cônjuge, pais dos sogros, filhos do enteado, bisneto e bisneta do cônjuge).

Embasamento Legal:

**Súmula Vinculante nº 13, publicada pelo STF:**

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

**- Código Penal – Falsidade Ideológica**

“Art.299 omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 01(um) a 05 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular.

Parágrafo Único: se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte”.

**- DECRETO nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010**

Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7203.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7203.htm)